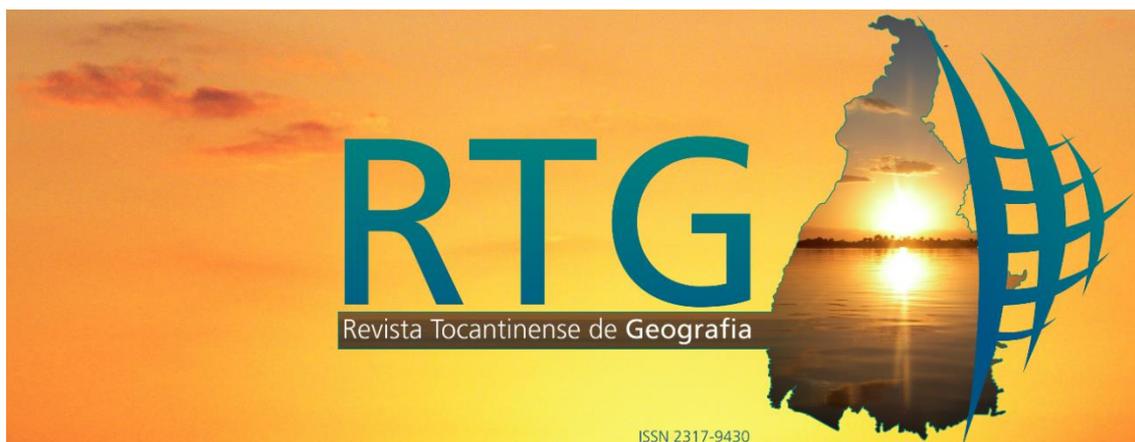


## RESENHA



CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Atlas de Conflito na Amazônia**. Goiânia: CPT; São Paulo: Entremares, 2017. 104p.

## RESENHA

Myrna de Cassia de Andrade Silva – UNIMONTES – Montes Claros –  
Minas Gerais - Brasil  
[myrnaandrade22@gmail.com](mailto:myrnaandrade22@gmail.com)

O “Atlas de Conflitos na Amazônia” é uma iniciativa da Articulação das CPT’s na Amazônia, fruto do trabalho de todas as equipes amazônicas da Comissão Pastoral da Terra (CPT). A CPT foi fundada 1975 em plena Ditadura Militar, com o propósito de dar apoio e assistência aos camponeses, posseiros, peões, etc., sobretudo, na Amazônia. E, atualmente, possui o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, com o designo de registrar e catalogar os conflitos em que os camponeses e demais populações do campo estão envolvidos e a violência que sofrem nas distintas disputas por terra e território no Brasil.

O Atlas de conflito na Amazônia foi feito com intuito de complementar o trabalho de documentação dos dados anuais de Conflitos no Campo do Brasil,

com a parceria do pesquisador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira<sup>1</sup> que organizou, analisou e mapeou os conflitos presente no Atlas.

O Atlas é dividido em seções conforme a análise do contexto de cada estado, elaborado pelos representantes da CPT dos nove estados que compõem a Amazônia Legal: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Dessa maneira, sistematizam os exemplos da violência sofrida pelos camponeses, posseiros, indígenas, quilombolas, entre outras populações tradicionais/extrativistas; evidenciando nos mapas, tabelas e fotos a barbárie cotidiana ao lutarem pelos seus direitos. No decorrer das seções são apresentados os dados estatísticos por meio de mapas e tabelas, que possibilitam uma análise crítica da situação fundiária da Amazônia Legal.

No primeiro momento constata-se um eloquente prefácio elaborado por Darlene Braga, Gilson Rego e Josep Iborra da Coordenação da Articulação das CPTs Amazônia, seguido pela apresentação realizada por Gustavo Henrique Cepolini Ferreira que enfatiza a importância do Atlas como instrumento de pesquisa, linguagem, registro, denúncia e político-pedagógico ao escancarar algumas nuances da perversa e sangrenta questão agrária amazônica e brasileira.

Na sequência são apresentados os mapas e tabelas, possibilitando ao leitor compreender de qual Amazônia estão tratando, bem como uma análise do uso e cobertura da terra, o número de conflitos e famílias envolvidas, os estados e municípios com maior número de conflitos e o número de assassinatos no campo.

O primeiro estado a ser descrito pela equipe regional da CPT é o Acre, onde 50% dos municípios estão envolvidos em conflito. Nessa seção é abordada a questão histórica de formação do estado, e demonstra como esse processo de formação está associado à luta contra o desmatamento e apropriação de terras por grileiros. O exemplo usado nesse estado foi o: “Despejo do Seringal

---

<sup>1</sup>Professor do Departamento de Geociências – UNIMONTES e Coordenador do NEPRA - Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários – UNIMONTES.

Capatará”, onde famílias de camponeses foram despejadas a partir da execução de um mandado de reintegração de posse a favor do pecuarista Osvaldo Ribeiro.

O segundo estado a ser descrito pela equipe regional da CPT é o Amapá, onde 100% dos municípios possuem conflitos no campo, e a situação fundiária é totalmente voltada para a exploração capitalista. O conflito apresentado para representar esse estado é o: “Conflito Ramal da Água Verde” no município de Calçoene, apresentado por Higor Pereira da equipe do CPT do Amapá, cujos empresários do agronegócio interessados nas terras dos camponeses, utilizam-se de instrumentos legais como o CAR, SIGEF, INCRA e SEAD para ocupar sistematicamente essas áreas dos camponeses.

O terceiro estado a ser descrito pela equipe regional da CPT é o Amazonas, no qual 21% dos municípios possuem conflito no campo. A problemática enfrentada pelos amazonenses remete à expansão do tráfico de drogas na região, bem como a falta de assistência aos assentamentos rurais que geram inúmeras dificuldades para os assentados, a falta de recursos básicos para as comunidades e a exploração das terras por parte de grandes madeireiras. Temos como exemplo: “Os conflitos no município de Boca do Acre” no qual grande parte das terras são griladas ou de propriedade duvidosa. Sendo estas aproveitadas por grandes grileiros, madeireiros e latifundiários, que contam com a omissão do Estado, e as poucas famílias de posseiros que vivem no local são vítimas de ameaça e violência.

O quarto estado a ser descrito pela equipe regional da CPT é o Maranhão, onde 30% dos municípios estão envolvidos em conflitos no campo, resultado da expansão do capital que afeta a vida das comunidades tradicionais e os povos indígenas. O Atlas traz para o leitor a luta pelo direito de existir do povo Akroá-Gamella, onde sua inexistência foi decretada pelo Estado, por meio de ideologia integracionista dos indígenas à sociedade nacional.

O quinto estado a ser descrito pela equipe regional da CPT é o Mato Grosso, no qual 69% dos municípios estão envolvidos em conflitos no campo. Esse estado é marcado por extrema violência que ocorre no campo e na cidade, além de trabalho escravo, usurpando a dignidade e a possibilidade de

sobrevivência dessas pessoas. O exemplo utilizado para retratar essa violência é: “O massacre de Colniza” no qual nove trabalhadores rurais foram mortos depois de anos de conflito pela posse de terras com fazendeiros e madeireiros.

O sexto estado a ser descrito por Gilson Fernando de Jesus Rego e José Batista Gonçalves Afonso da equipe regional da CPT é o Pará onde 29% dos municípios estão envolvidos em conflito no campo, consequência do avanço truculento do capital, onde as classes dominantes têm apoio do governo, com recursos públicos que permitem a expansão capitalista. A população do Pará sofre com a violência e a falta de assistência às comunidades e assentamentos rurais. Nesse sentido, os diferentes sujeitos sociais no campo são vítimas de diversas formas de violência como intimidação, ameaças, atentados, assassinatos e chacinas. O exemplo utilizado para retratar essa barbárie é “O massacre de Pau D’arco” em maio de 2017, onde foram assassinados 10 trabalhadores sem terra pela Polícia Civil de Redenção, cujos desdobramentos seguem vigentes, e, uma das marcas é a impunidade!

O sétimo estado a ser descrito pela equipe regional da CPT é Rondônia, onde 67% dos municípios estão envolvidos em conflitos no campo. Os conflitos em Rondônia envolvem comunidades indígenas e camponesas. No tocante às terras indígenas nota-se que as mesmas sofrem constantes invasões de garimpeiros e grileiros; as comunidades tradicionais como ribeirinhos também são vítimas e enfrentam consequências socioambientais da construção das usinas de Jirau e Santo Antônio. O Atlas aborda como exemplo de luta “O Acampamento TD Urupá Livre” de Machadinho do Oeste, onde famílias de assentados lutam pelo acesso à terra.

O oitavo estado a ser descrito por Carlos Cardoso da equipe regional da CPT é Roraima no qual 60% dos municípios constatam-se conflitos no campo, onde constata-se um conflito judicial e marcado pela violência contra trabalhadores rurais, assim como ameaças de morte, impedimento do direito de ir e vir, violência física e moral e desrespeito aos seus direitos. Um exemplo que retrata a realidade deste estado é o caso da: “Ocupação de área no Bom Intento” onde os agricultores sofrem ameaças e estão em um conflito judicial com um

empresário que contou com a conivência do INCRA para falsificar documentos, alegando que sua filha é dona das terras.

O nono e último estado a ser descrito no Atlas, por Valéria Pereira Santos e Felipe Eduardo Lopes Oliveira é o estado do Tocantins com 37% dos municípios envolvidos em conflitos no campo. Tocantins é mais um estado da Amazônia Legal com conflitos judiciais e com violenta ação de pistoleiros contra camponeses. O exemplo utilizado para representar esse estado é: da “Comunidade Serra do Centro Campos Lindos” apresentado por Rafael Oliveira Soares, onde possuem uma intensa problemática fundiária, além dos impactos sofridos pelas famílias de camponeses em decorrência da utilização desenfreada de agrotóxicos nas lavouras de soja entre outros problemas.

A partir da análise dos dados estatísticos apresentados, ressalta-se que nas Tabelas 2 e 3 do Atlas de Conflito na Amazônia, pode-se perceber que os estados da Amazônia Legal que possuem maior número de conflitos no campo e de famílias envolvidas são: Maranhão, Rondônia e Pará. O Maranhão é o estado que concentra o maior número de conflitos no campo (20,1%), é o terceiro estado com maior número de famílias envolvidas (16,5%). O Pará é o terceiro estado com maior número de conflitos no campo (14,5%) e em primeiro lugar com maior número de famílias envolvidas (20,8%). Rondônia é o segundo estado com maior número de conflitos (19,5%) e de famílias envolvidas (17,4%). Vale mencionar que os dados apresentados são referentes aos conflitos vigentes na Amazônia Legal até meados de 2017, o que permite afirmar que os dados são ainda maiores no que concerne a árdua e contraditória questão agrária amazônica.

De acordo com o Atlas os conflitos no campo na Amazônia Legal ocorrem por diversas motivações, como o interesse capitalista em relação a sua extensão territorial e aos seus bens naturais a partir da sua constante internacionalização como mercadorias.

O Atlas apresenta uma metodologia em partes, inovadora, ao indicar uma cartografia contemporânea engajada, que possibilita uma análise crítica da questão agrária na Amazônia, dando visibilidade de forma técnica e científica

aos conflitos materializados em toda Amazônia Legal brasileira; que retrata através dos mapas uma realidade vivida pelos povos amazônidas, utilizando os mapas como ferramenta para se fazer uma crítica social e territorial como evidenciado a seguir:

Trata-se de um trabalho para além da representação cartográfica tradicional de uma Atlas Geográfico, pois, sabemos que os números advindos da distribuição estatística sonega as marcas, as histórias e o sangue daqueles que morreram na defesa da terra de trabalho, cujos crimes em sua maioria seguem sob a égide da impunidade. (FERREIRA, 2017, p.15).

Trata-se, portanto, de uma linguagem simples e acessível, que aproxima o leitor aos fatos e conflitos registrados pela CPT. Por isso, o Atlas aborda alguns aspectos relevantes sobre a estrutura agrária da Amazônia Legal, com o objetivo de registrar e expor a violência sofrida pela população e as rapinas aos bens naturais.

Nesse devir, o - Atlas de Conflito na Amazônia - consegue alcançar seu objetivo como instrumento de denúncia e registro, demonstrando de maneira clara e concisa a violência sofrida pela população da Amazônia, proporcionando uma contextualização dos conflitos, para que através dos mesmos, ocorram estudos e debates que busquem fomentar alternativas, e sobretudo, justiça social e territorial; cujo passo inicial deve perpassar pela reforma agrária.

## REFERÊNCIAS

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Atlas de Conflito na Amazônia**. Goiânia: CPT; São Paulo: Entremares, 2017. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/download/25-cartilhas/14066-atlas-de-conflitos-na-amazonia>>. Acesso em: 10 abr. 2018

FERREIRA, Gustavo H. Cepolini. Atlas da Amazônia Legal: uma construção metodológica, teórica e de luta! In: CPT. **Atlas de Conflito na Amazônia**. Goiânia: CPT; São Paulo: Entremares, 2017. (p. 15-18).